



**6º Encontro Internacional de Política Social**  
**13º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl  
Marx para pensar a crise do capitalismo  
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

---

**Eixo: Classe social, gênero, raça, etnia e diversidade sexual.**

**O MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS NO MUNICÍPIO DE SÃO  
GONÇALO (RJ)**

**Claudia Toffano Benevento<sup>1</sup>**

**Resumo:** Levando em consideração as particularidades que encenam as lutas das mulheres negras, é preciso reconhecer as identidades e as novas possibilidades de exercício de direitos e de cidadania plena destes sujeitos. Além de uma tentativa de rompimento com a impossibilidade de reconhecer a importância da contribuição da memória e da resistência afro na sociedade, vemos que é necessário que os gestores públicos e a sociedade civil assumam a importância da transmissão desses valores culturais, com a formação e da troca de saberes, resgatando a organização coletiva do povo negro por meio do Movimento Negro e das ações efetivas de preservação e valorização de espaços de tradição de matriz africana. Onde o racismo omite, diferencia e engana a população negra que representa uma nação de outra raça?

**Palavras-chave:** Movimento negro; Movimento feminista negro; Povo negro.

**THE MOVEMENT OF BLACK WOMEN IN THE MUNICIPALITY OF SÃO  
GONÇALO (RJ)**

**Abstract:** Taking into account the particularities that stage the struggles of black women, it is necessary to recognize the identities and the new possibilities of exercising rights and full citizenship of these subjects. In addition to an attempt to break with the impossibility of recognizing the importance of the contribution of Afro memory and resistance in society, we see that it is necessary for public managers and civil society to assume the importance of transmitting these cultural values, with the formation and exchange of knowledges, rescuing the collective organization of the black people through the Black Movement and the effective actions of preservation and valorization of spaces of African tradition. Where does racism omit, differentiate, and deceive the black population representing a nation of another race?

**Keywords:** Black movement; Black feminist movement; Black people.

## **1. INTRODUÇÃO**

No Brasil nas décadas de 1960 e 1970 viviam-se dias repressivos da ditadura militar, com a cassação dos direitos políticos de parlamentares, banindo os partidos políticos, proibindo organizações operárias, camponesas e estudantis, onde torturou e eliminou militantes de esquerda. A repressão assim chegaria aos negros e a existência de racismo foi retrocedida pela propaganda do governo, numa tentativa de mostrar que no Brasil reinava a harmonia racial.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Política Social. Mestre em Política Social. Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social/Universidade Federal Fluminense/UFF/Niterói/RJ. E-mail: <claudiabenevento@gmail.com>.

Este artigo tem como objetivo discutir a questão dos movimentos negros no Brasil contemporâneo desde o seu surgimento, mas, especificamente do Movimento Negro Feminista, destacando o Movimento de mulheres negras de São Gonçalo, situado no Estado do Rio de Janeiro/BR.

Quando falamos em discurso do movimento negro, nos referimos ao que se ajustou chamar de negritude. Este trabalho torna-se relevante a partir da concepção de que o Brasil é o país que tem a maior população de negros fora da África. Com o passar do tempo os negros passaram a adotar práticas europeias por um processo de ‘aculturação’, sendo obrigados a deixarem de praticar suas linguagens, religiões e costumes. O movimento negro tem por objetivo não deixar desanimar e resgatar essa cultura afro-brasileira, não deixando a rígida desigualdade e a segregação racial que ainda atinge o povo negro.

Que o racismo está presente em nosso convívio, já sabemos, a questão é: onde o racismo *omite, diferencia e engana* a população negra que representa toda uma nação de outra raça? Esta é a questão. Consequentemente entra o movimento negro, como luta de uma resistência coletiva de uma raça presente.

A Metodologia utilizada neste estudo será de cunho bibliográfico e método de estudo com dados documentais do Movimento de mulheres Negras do município de São Gonçalo, situado no Estado do Rio de Janeiro, tendo como efeito de aprofundar os conhecimentos a respeito da temática. Trata-se de uma pesquisa qualitativa. Iniciamos nossa discussão com a trajetória do movimento negro no Brasil e seus antecedentes históricos.

A metodologia utilizada no trabalho desenvolveu-se através dos seguintes elementos técnicos: pesquisa bibliográfica e questionário semiestruturado (em anexo) com 2 (duas) mulheres do Movimento Negro de São Gonçalo, situado no Estado do Rio de Janeiro/BR. Tem um enfoque fenomenológico que introduz a noção de significação.

As entrevistadas foram identificadas como A (39 anos) e B (47anos). A utilização de símbolos para representar as entrevistadas faz parte do sigilo da identidade. No decorrer dos tópicos, também são exploradas as falas das entrevistadas, permitindo que as mesmas transitem livremente a fim de, enriquecer as discussões apresentadas.

As considerações finais da pesquisa, não esgotam as discussões, visto que uma das contribuições que se pretende selar neste trabalho é promover discussões entre

vários profissionais que se interessem pela temática em espaços que necessitam de sua introdução.

## 2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS: O MOVIMENTO NEGRO

O primeiro movimento negro ocorreu apenas nos anos de 1930. Podemos considerar que as primeiras formas de resistência dos negros a escravidão foram ainda nos navios que os traziam de sua terra natal, a África, estas, acreditamos que sejam as primeiras expressões do Movimento Negro no Brasil. Entende-se conforme Braga (1999) como movimentos sociais:

[...] são movimentos populares de representação de um grupo de interesses cuja ação social é orientada, o que descaracteriza como espontâneo, a fim de obter transformações políticas e econômicas em um novo cenário de transformações naturais, e sociais, levando em consideração a metodologia adotada, sua organização, seu contexto geográfico, seus representantes, ideologia, políticas, vitórias, derrotas, estrutura e experiência para se consolidar como representativo dentro de uma sociedade (BRAGA, 1999, p. 29).

Portanto, podemos observar ao longo da história que os movimentos sociais envolvem grupos negros que perpassam por toda a História do Brasil.

Para Duriguetto e Montañó (2011):

No Brasil as primeiras expressões do Movimento Negro podem ser identificadas no final do século XIX, período em que já circulavam vários jornais voltados para a população negra com objetivo de denunciar a discriminação racial (MONTAÑO, 2011, p. 282).

Estes movimentos eram quase sempre clandestinos até a Abolição da Escravatura em 1888, cujo seu principal objetivo era a libertação dos negros cativos, onde eram tratados como propriedade privada, que além de causarem prejuízos econômicos, ameaçavam a ordem vigente e tornavam-se objeto de violência do próprio Estado e seus agentes.

Com relação ao movimento feminista negro, Gonh (2003) nos alerta sobre as redes virtuais via *on line* que costuram as relações do movimento antiglobalização e neste cenário as redes temáticas específicas como os movimentos feministas e questões de gênero se adequam nesta associação comunitária, ação esta que articulam coletivamente e que agem como resistência à exclusão e lutas pela inclusão social.

Quando falamos no contexto de redemocratização da sociedade e de reorganização dos movimentos negros, o poeta Oliveira Silveira do Grupo Palmares do

Rio Grande do Sul propôs o 20 de novembro (aniversário da morte de Zumbi) como Dia Nacional da Consciência Negra, tornando-se a data principal do reinvestimento simbólico/histórico da política afrodescendente no Brasil (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2000).

O ideal do “branqueamento” de ideologia racista, frequente nas sociedades coloniais que se pautaram no escravismo negro, causa uma destruição da autoestima, ou seja, o negro brasileiro não tendo modelos positivos em que se possa espelhar passa a negar sua própria raça, desembocando em uma crise de identidade provocada por uma sociedade cruel, e não pela impossibilidade de ser ou torna-se “branco”, assim a **cor** não é um dado secundário nas análises do preconceito e da desigualdade sócio racial existente na sociedade brasileira.

Segundo Schwarcz (2001) o fator raça era então entendido como um tipo de influência vital no potencial civilizatório de uma nação. Dessa forma, o futuro da sociedade brasileira constituída em grande parte por negros, mestiços e também por índios, era visto com muito pessimismo por intelectuais estrangeiros e também brasileiros como Nina Rodrigues, Sílvio Romero, Euclides da Cunha e muitos outros. Para estes autores, o Brasil estava fadado à decadência, uma vez que a mestiçagem levava à degeneração social.

O maior desafio do Movimento Negro no Brasil é acabar com o preconceito racial. Essa luta não vem de hoje. De um modo geral, os movimentos sociais contemporâneos trazem consigo o pressuposto de que transformar a realidade não é só modificar a sociedade a partir dos aparelhos do Estado, é modificá-la também ao nível das ações concretas da sociedade civil.

O movimento começou a ganhar força na década de 30, com a Frente Negra Brasileira. Mas somente em 1978 nasceu o Movimento Negro Unificado - MNU, que deu origem a vários grupos de combate ao racismo, como associações de bairro, terreiros de candomblé, blocos carnavalescos, núcleos de pesquisa e várias organizações não governamentais.

Uma definição de movimento negro é atribuída por Joel Rufino dos Santos, compreendendo que:

[...] todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros [...]. Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como "clubes de negros"], artísticas [como

os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos "centros de pesquisa"] e políticas [como o Movimento Negro Unificado]; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e 'folclóricos' – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro (SANTOS, 1994, p.157).

Contudo, esta definição do autor só faz sentido do ponto de vista militante, pois ela é, no mínimo, problemática em uma abordagem historiográfica. Podemos observar que o surgimento do Movimento Negro Unificado, para Duriguetto e Montañó (2011) se deu a partir de um ato público que reuniu milhares de pessoas nas escadarias do Teatro Municipal, quando negras e negros de vários estados do Brasil repudiaram, denunciaram e exigiram providências diante dos atos de racismo em que foram vítimas quatro atletas negros do time de voleibol do Clube de Regatas Tietê e, também pela ação da polícia que assassinou o operário negro Robson Silveira da Luz. Após esse ato, foi realizado o 1º Congresso, em 1978, dando início a fundação do MNU.

Em 1988, no ano do centenário da Abolição da Escravatura, foi promulgada a nova Constituição da República Federativa do Brasil. Nela, em decorrência das lutas pelos direitos civis dos negros, ficou consagrado, no Título II:

Dos direitos e garantias fundamentais;  
Capítulo I - Dos direitos e deveres individuais e coletivos;  
Artigo 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:  
Artigo XLII - **a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.** (BRASIL, 1988, *grifo nosso*).

A regulamentação desse parágrafo veio em seguida pela Lei nº 7716, de 5 de janeiro de 1989, modificada pela Lei 008882 de 3 de junho de 1994 e novamente modificada em 13 de maio de 1997, pela Lei nº 9459, que acrescentou também ao Artigo 140 do Código Penal relativo ao crime de injúria por utilização de "elementos referentes a raça, cor, etnia, religião ou origem", estabelecendo pena de "reclusão de um a três anos e multa". O passo seguinte seria o das ações afirmativas, cujo modelo podia ser buscado nos EUA dos anos 1960, e, mais recentemente, no governo de Nelson Mandela, na África do Sul.

Para mudar situações claras de desigualdade social e econômica são necessárias medidas voltadas para promover o grupo que se encontra em posição de desvantagem. Essas medidas são conhecidas como ações afirmativas, quer dizer, a adoção

5

de políticas públicas e privadas para corrigir as desigualdades. Representam uma forma de compensação ou reparação à discriminação sofrida no passado, evitando que o passado se reproduza interminavelmente no presente e se projete para o futuro. Ações afirmativas não são invenções brasileiras, já foram adotadas em vários países de diferentes continentes, como Colômbia, China e África do Sul.

Na década de 1980 no seio do movimento feminista as mulheres negras começam a levar para as discussões as suas especificidades, tremulando uma nova bandeira de que eram mulheres, mas eram negras, logo, com especificidades da raça. (ARAÚJO, 2001).

A partir de meados da década de 1990, as organizações negras brasileiras conseguiram, finalmente, que em nosso país fossem discutidas medidas governamentais contra o racismo e as desigualdades raciais. Em 1996 foi criado pelo governo federal o Grupo de Trabalho Interministerial para a Implementação de Políticas de Ações Afirmativas.

### **3. MULHER NEGRA E MOVIMENTO SOCIAL**

A essência do movimento negro não se baseia apenas em probabilidades e teorias, mas em fatos empíricos experimentados nas diversas divisões dos negros na sociedade. O movimento está diretamente ligado às lutas não só contra o racismo e a discriminação racial, mas também a xenofobia e intolerâncias correlatas. Podemos dizer que o movimento negro é resultado de uma série de manifestações decorrentes de um processo histórico.

Os movimentos feministas na visão de Duriguetto e Montañó (2011) tiveram seu início no início do século XIX, na América Latina, sendo predominantemente marcada pelo direito do voto.

Nos países onde os imaginários racistas, classistas, sexistas, machistas e outros coexistem e se cruzam, criam-se vítimas de preconceitos que acumulam os efeitos perversos desse múltiplo imaginário - a mulher negra. Os processos de construção das identidades das pessoas que individual e coletivamente vivem nessa múltipla perversidade podem ser conturbados e dolorosos. Ou seja, essas pessoas convivem ao mesmo tempo com diversas identidades de “raça”, de etnia, de classe, de gênero, de

religião, de sexo, etc., em conflitos para se afirmar umas em relação a outras, dependendo do contexto relacional.

No Brasil, a mulher negra é marcada pela exploração sexual, violência e não-permissão de exercer sua plena liberdade. Os anos passaram, mas a sua submissão existe e relega seu papel a empregos desvalorizados, altos índices de prostituição e condições precárias de saúde e principalmente de educação.

Para um melhor entendimento sobre o movimento das mulheres faz-se necessário uma discussão a cerca da inserção destas mulheres nos movimentos sociais e a relação com outros movimentos, discutidos a seguir.

### 3.1 A INSERÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A luta para transformar a realidade da inserção das mulheres negras nos movimentos sociais toma força a partir da década de 1970 com a participação das mulheres negras no movimento feminista e aparição na vida política, que antes ficava nas mãos de mulheres brancas, escolarizadas e de classe média alta.

Podemos identificar três tendências teóricas e ideológicas no interior do movimento feminista nacional e latino-americanos: um feminismo que possui uma *perspectiva socialista*, ao entender que a emancipação da mulher demanda a construção de um outro projeto societário que se contraponha ao capitalismo para o alcance da igualdade e da liberdade substantivas; um feminismo que busca a igualdade e a liberdade para as mulheres por meio da reivindicação de direitos que consubstanciam a cidadania *nos marcos do capitalismo*; e um feminismo filiado às *premissas pós-modernas*. Nesse campo, o feminismo limita-se ao culturalismo, atuando na subjetividade, no simbólico e nas 'representações sociais' (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011, p. 287).

A inserção das mulheres negras nos Movimentos Sociais atribuem a si mesmas algumas reflexões como de Charlot (2000), quando afirma que o sentido é sempre “produzido pelo estabelecimento de relações, dentro de um sistema, ou nas relações com o mundo e/ou com as demais pessoas” (p.56-57). Este sentido traz a ideia de que os sujeitos se produzem em suas relações e exprimem as leituras e interpretações de mundo. Sentidos e significados são construídos no contexto das relações sociais.

O espaço dos Movimentos Sociais forneceu às mulheres negras instrumentos para enfrentar, combater e superar o racismo de maneira organizada e coletiva nos revelam caminhos pedagógicos fecundos, cuja reflexão sobre a condição humana, suas dimensões, virtualidades formadoras e deformadoras estão presentes nos seus processos

sociais e nos seus movimentos de humanização e emancipação social. Com base no questionário (em anexo) aplicado as mulheres do movimento de São Gonçalo, temos,

Minha militância na área é bem recente diante de tantas outras mulheres que se encontram na luta há tanto tempo. Percebo pela minha experiência que uma das formas de enfrentamento é permitir, possibilitar, fomentar os espaços de discussão da temática. Quanto ao avanço se dará a partir da compreensão teórica, histórica, política que estruturam as questões referentes ao racismo de um modo geral. (ENTREVISTADA A – Resposta 1 e 4).

Estou há 20 (vinte) anos na militância e acredito neste espaço como sendo para enfrentar, combater e superar o racismo com caminhos de humanização e emancipação social. (ENTREVISTADA B – Resposta 1).

Gohn (2003) demarca seu entendimento sobre os movimentos sociais e nos alerta que os movimentos sempre existirão, porque eles:

[...] representam forças sociais organizadas que aglutinam as pessoas como força-tarefa, de ordem numérica, mas como campo de atividade e de experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais (GOHN, 2003, p. 14).

Assim, vimos que os Movimentos Sociais vêm se firmando como construtores de sujeitos coletivos no que se refere a valores e símbolos, no interior de suas organizações e, principalmente, quando possibilitam a formação e a emergência dos sujeitos singulares. Ou seja, de sujeitos que passam a expressar as várias fases de identidades, assimilando-as como eixos norteadores de suas lutas, comportamentos e relações.

King (1993, *apud* GEHLEN, 2003) nos afirma que o feminismo, em suas formulações iniciais pelo menos, tem sido caracterizado pela ênfase na opressão comum da mulher, a experiência compartilhada da irmandade. No entanto, a tendência de focalizar a questão exclusivamente sobre as experiências comuns das mulheres leva a uma desconsideração das diferenças significantes entre elas, particularmente em termos de raça.

Muitas ativistas feministas brancas, segundo a autora, vêm frequentemente supondo que a postura antissexista delas aboliu todo preconceito racial ou comportamento discriminatório. Mas tal presunção é ingênua e reflete uma ignorância séria de como o racismo está impregnado na sociedade. Portanto, um feminismo que ignore as divisões raciais está gravemente aberto às críticas.

Para Caldwell (2000) esta postura ocasionou lutas internas no movimento feminista, porque, as feministas brancas aparentemente de esquerda e com orientação

progressista negaram o significado da raça e seu impacto nas vidas de mulheres negras, além de que as brancas eram indecisas em relação à discussão sobre raça por causa da sua própria cumplicidade com a dominação racial.

Enquanto isso parecia que as mulheres brancas e negras, enquanto mulheres, poderiam se unir e lutar contra a mesma opressão, diferenças entre elas, em termos de experiências e lugares, tornaram-se fontes de conflito e divisão dentro do movimento.

O movimento feminista não acolhe as questões postas pelas mulheres negras, motivando-as para uma ação política organizativa específica em decorrência da insuficiência com que são tratadas as suas especificidades dentro do movimento feminista. Referente a esta afirmativa a Entrevistada “A” (Resposta 2), nos assinala que:

Não posso dizer ao certo se todo o movimento feminista não acolhe, mas percebemos que com a mudança de paradigmas de enfrentamento e formas de controle social, os movimentos feministas tiveram que se reconfigurar, dar uma abordagem diferente as suas questões. De acordo com alguns estudos o cenário político favoreceu ao que chamamos de especificidades de gênero. Outro fator é questão simbólica que de fato só quem “sente na pele” consegue ter a dimensão das necessidades, a importância das lutas e conquistas do movimento negro de um modo geral. (ENTREVISTADA A)

O mesmo acontece ao movimento negro, como podemos observar na citação de Gohn:

O movimento afro-brasileiro que deixou de ser quase que predominantemente movimento de manifestações culturais para ser também movimento de construção de identidade e luta contra a discriminação racial (GOHN, 2003, p. 21).

As mulheres têm esta mesma postura com o movimento negro, posto que de um lado estão os desdobramentos de gênero e no outro não são enfatizadas as questões raciais. Isto vai culminar no que Carneiro (2001) evidencia como dupla militância, que se impõe às mulheres negras como forma de assegurar que as conquistas no campo racial não sejam inviabilizadas pelas persistências das desigualdades de gênero, e para que as conquistas dos movimentos feministas não privilegiem apenas as mulheres brancas.

Desta forma, o combate ao racismo praticado pelas mulheres negras abrange também a busca por uma real inserção social nos movimentos existentes, passa a questionar as desigualdades existentes entre brancas e negras, se posiciona contrário ao discurso machista, bem como, ao discurso de caráter universalista de cidadania, que deveria contemplá-las, mas que não passava de um mito.

Segundo Ribeiro (1995), o que caracteriza o Movimento de Mulheres Negras Brasileiras com relação a outros movimentos, tais como o movimento negro e o

movimento feminista é sua especificidade histórica. Esta especificidade se traduz também no campo teórico e acadêmico, haja vista, que a articulação gênero e raça enquanto um campo político e discursivo se deu tardiamente.

Touraine (*apud* ARAÚJO, 2001) nos acrescenta que os movimentos sociais são agentes que expressam, em cada momento, as formas históricas de opressão, de miséria, de injustiça, etc., mas expressam também o devir, através de sua crítica, de suas formas de contestação, de suas lutas na busca de novas alternativas, para o comando de uma nova historicidade.

#### **4. O MOVIMENTO NEGRO FEMINISTA DE SÃO GONÇALO/RJ**

O Movimento Negro Feminista também conhecido por Feminismo foi um movimento social que defendia a igualdade de direitos e status entre homens e mulheres em todas as áreas. Influenciado principalmente pela Revolução Francesa, outras correntes como filosóficas e religiosa também defendia os direitos da mulher. Para Gohn (2003, p.13-14):

Na realidade histórica, os movimentos sempre existiram e cremos que sempre existirão [...] a experiência que são portadores não advém de forças congeladas do passado – embora este tenha importância crucial ao criar uma memória que, quando resgatada, dá sentido às lutas do presente (GOHN, 2003, p. 13-14).

Em 1789 uma enxurrada causou um choque no sistema político e social no Ocidente, encorajando as mulheres a denunciarem a sujeição a que eram submetidas longe das esferas jurídicas, políticas, econômicas e etc., assim nascia o movimento negro feminista de São Gonçalo (RJ). A Declaração dos direitos da Mulher foi escrito pela escritora e militante Olympe de Gource:

[...] A mulher nasce e vive igual ao homem em direitos. As distinções sociais não podem ser fundadas a não ser no bem comum. A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis da mulher e do homem: estes direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança, e sobretudo a resistência a opressão. O princípio de toda soberania reside essencialmente na Nação, que não é nada mais do que a reunião do homem e da mulher: nenhum corpo, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que deles não emane expressamente. A liberdade e a justiça consistem em devolver tudo o que pertence a outrem; assim, os exercícios dos direitos naturais da mulher não encontra outros limites senão na tirania perpétua que o homem lhe opõe; estes limites devem ser reformados pelas leis da natureza e da razão (MOVIMENTO MULHERES DE SÃO GONÇALO, 2012).

Historicamente, as francesas, durante a revolução, participavam ativamente da vida política enquanto promoviam diversos clubes de ativistas femininas. Em 1792, as mulheres lutaram para o acesso ao serviço público e às forças armadas, esse pedido foi negado e o movimento suprimido. O Advogado e político francês, Robespierre impediu que as mulheres se associassem a clubes, logo o projeto de igualdade entre gêneros na política foi arquivado. Contudo não esquecido, em 1848 os clubes ressurgem, bem como as reivindicações, acrescida do direito a equiparação salarial.

Com o crescimento da industrialização, as mulheres saem das atividades domésticas e passam a trabalhar nas fábricas. As mulheres recebiam bem menos, que os operários homens pelo mesmo serviço. Com o tempo as indústrias passaram a preferir contratar mulheres e não homens. Diante disso, as mulheres não puderam mais serem tratadas apenas como donas de casa ou objeto sexual, mas aptas a contribuir para o sustento da família.

As mulheres vem conquistando a cada dia o seu espaço e pela primeira vez, no ano de 2011 do século XXI o Brasil tem uma mulher na presidência da república. Toda a luta da mulher e o seu reposicionamento na sociedade, formou uma nova família.

O Movimento de Mulheres em São Gonçalo - MMSG, entidade organizada da sociedade civil, fundado em 1989, é uma entidade sem fins lucrativos, de utilidade pública municipal, que tem como objetivos principais a luta em defesa dos direitos das mulheres e contra as desigualdades e discriminações decorrentes de sexo, raça/etnia, credo religioso e classe social. (MOVIMENTO MULHERES DE SÃO GONÇALO, 2012). A entrevistada “A” e “B” nos explica quanto aos objetivos do Movimento de Mulheres de São Gonçalo:

Na verdade o MMSG apesar de se propor a uma abordagem de gênero, raça, etnia, etc quando se fala na questão das mulheres negras, é muito recente a discussão. Como atendemos as mulheres de um modo geral, estamos retomando a partir do Núcleo Candaces criado há 01 ano, esta discussão tendo como ponto de partida o que já temos construído de experiência do MMSG. Não sei informar no momento como outros Movimentos se articularam neste sentido.

Segundo Cordeiro (2004) o município de São Gonçalo/RJ inscreve-se na teia de relações metropolitanas como uma região de privação relativa ou pobreza, considerada como periferia consolidada, o seu crescimento deve-se, à dinâmica da metrópole carioca, constituindo-se a partir dos anos 1940, diante do elevado processo de urbanização, numa aglomeração urbana, reservatório de mão-de-obra barata, notadamente formada por

emigrantes nordestinos. Nos anos 1950, a cidade chegou a ser considerada polo industrial. A partir dos anos 1980, como ocorreu com o restante do país, a recessão econômica e a desindustrialização tiveram seus efeitos sentidos na cidade.

Conforme descrito acima, as condições do município de São Gonçalo contribuem para que sua população enfrente problemas que, apesar de não serem exclusivos da pobreza, têm nessa variável uma fonte de agravamento. Assim, é comum entre as mulheres problemas como: dupla jornada de trabalho, gravidez prematura, violência doméstica etc.

O MMSG teve sua origem quando um grupo de mulheres passou a se questionar sobre as dificuldades encontradas pela simples questão de nascer mulher e passaram a discutir sobre suas condições, na tentativa de encontrar soluções para seus problemas derivados da questão do gênero. Em busca de uma melhor qualidade de vida, em 08 de março de 1989 as mulheres começaram a se reunir, ainda informalmente, para lutarem pelos direitos humanos. Em 1991, o grupo se constituiu em organização não governamental. (MOVIMENTO MULHERES DE SÃO GONÇALO, 2012).

Com base dos dados do Movimento de Mulheres em São Gonçalo (2012) a entidade ganhou personalidade jurídica, passando a ser oficialmente uma organização da sociedade civil. Com o tempo, o grupo foi crescendo e mais mulheres começaram a se envolver nas discussões, fazendo com que aquele espaço não servisse apenas para discutir as questões de gênero, mas também para acolher todas as mulheres que precisavam de algum amparo. A maioria das mulheres era muito simples, muitas delas sem ensino superior e com dificuldades financeiras, e chegaram ao Movimento devido à proximidade com algum integrante do MMSG. O que atraía as mulheres para o Movimento era a semelhança que viam naquelas que já estavam na organização, as mesmas condições de vida, os mesmos problemas e as dificuldades encontradas para conseguir ajuda. A vontade de realizar mudanças se espalhava e cada vez mais o MMSG se unia para que os obstáculos encontrados pela organização não comprometessem os resultados almejados.

O desdobramento foi o gradual crescimento da entidade, resultando em vitórias em seleções públicas que permitiram à entidade ampliar o seu leque de atuação; destacando-se como entidade que exerce o controle social, garante a promoção dos direitos e assegura assistência às crianças, adolescentes e mulheres que estão em situação de vulnerabilidade e vítimas de violências diversas. Destaca-se, ainda, o trabalho de

prevenção e assistência às pessoas que vivem com HIV/AIDS e trabalhos socioeducativos na área dos direitos sexuais e reprodutivos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pela efetivação da lei 10.639/03 busca justamente informar à sociedade que esses meios em que os negros são privados foram construídos com sua luta e história, e que o conhecimento e a preservação das tradições afrodescendentes representam o conhecimento e a preservação da história desse país. Através dessa lei o MNU acredita que o governo tenta diminuir a vertente racial da questão social na comunidade negra, que para esses grupos é a grande questão que impulsiona as demais mazelas da questão social existente dentre eles.

Talvez mostrando qual a verdadeira construção de identidade desses povos, positiva ou negativa possam se chegar às bases que abrigam os processos excludentes da comunidade negra na sociedade brasileira.

Com isso, vimos que já se vão 121 anos desde que a princesa Isabel assinou a Lei Áurea abolindo a escravidão no Brasil. Porém precisa-se lembrar/defender/lutar pelo Movimento Negro todos os dias, como vem ocorrendo no Brasil, de forma muito positiva, nos últimos tempos.

Toda a história de luta construída pelas mulheres negras é, muitas vezes, desconhecida da população negra e, principalmente, pelas próprias mulheres negras, como também são restritos os estudos sobre as diversas formas de organização das mulheres negras que povoam as favelas. Durante a vigência do golpe militar de 1964, os movimentos sociais tiveram que recuar, o que motivou, na década de 1970, diversos movimentos de base que surgiram a partir do desenvolvimento de laços de solidariedade. Emerge daí a necessidade de explorar este campo.

## 6. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamira R.D.; BRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Brasília (DF): Fundação Brasileira Palmares, 2006.

ARAÚJO, Clara. **Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero**. São Paulo: Boitempo, 2001. (Crítica Marxista, n. 11).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília (DF): Senado Federal, 1988.

BRAGA, Uiracy de Souza. **Uma explicação metodológica sobre movimentos sociais. Ideação**, Feira de Santana, n. 4, 1999.

CALDWELL, Kia Lilly. **Fronteiras da diferença raça e mulher no Brasil**. Estudos Feministas. 2000.

CARNEIRO, Sueli. Gênero e raça. In: ESTUDOS de gênero face aos dilemas da sociedade brasileira. São Paulo, 2001.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Trad. Bruno Magne. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CORDEIRO, Ana Márcia Soares. **Espaços da política: a associação de moradores como locus da mediação entre as práticas cotidianas locais e o Estado**. São Gonçalo: UERJ/FFP/Departamento de Geografia, 2004.

DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ANPOCS, 1995.

FILHO, José Barbosa da Silva. **A teoria do branqueamento**. Rio de Janeiro: UFF, 2009. (Mimeo).

GEHLEN, V. (Coord). **Cidadania e gênero: o caso do planejamento de projetos de desenvolvimento rural PAPP/PE**. Recife, 2003. Relatório de pesquisa.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; MACEDO, Márcio. Diário Trabalhista e democracia racial negra dos anos 1940. **Dados**, v.51, n.1, 2008. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S001152582008000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582008000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 11 ago. 2017.

GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1986.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOVIMENTO MULHERES DE SÃO GONÇALO. Disponível em: <[http://www.movimentomulheressg.com.br/mais\\_noticias.html](http://www.movimentomulheressg.com.br/mais_noticias.html)>. Acesso em: 19 ago. 2017.

NASCIMENTO, Abdias; NASCIMENTO, Elisa Larkin. Reflexões sobre o Movimento Negro no Brasil, 1938-1997. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn. (Orgs.). **Tirando a Máscara: ensaios sobre o Racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra; SEF, 2000.

RIBEIRO, Matilde. **Mulheres negras brasileiras**: de Bertioga a Beijing. **Estudos Feministas**, 1995.

SANTOS, Joel Rufino dos. "Movimento negro e crise brasileira". In: SANTOS, Joel Rufino dos; BARBOSA, Wilson do Nascimento. **Atrás do muro da noite; dinâmica das culturas afro-brasileiras**. Brasília (DF): Ministério da Cultura; Fundação Cultural Palmares, 1994.

SCHWARCZ, Lília Mortiz. **Retrato em Branco e Negro**: jornais escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

TOLEDO, Cecília. O gênero nos une, a classe nos divide. **Cadernos Marxistas**, São Paulo, 2001.

## **ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA A MULHERES DO MOVIMENTO NEGRO FEMINISTA DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO (RJ)**

### **Apresentação**

Somos estudantes do curso de Política Social - Mestrado acadêmico da UFF - Universidade Federal Fluminense, e estamos realizando uma pesquisa sobre o movimento negro feminista do município de São Gonçalo/RJ. Esta pesquisa tem como objetivo de discutir a questão dos movimentos negros no Brasil contemporâneo desde o seu surgimento, mas, especificamente do Movimento Negro Feminista do Município de São Gonçalo/RJ.

Gostaríamos de convidá-lo a participar deste estudo, respondendo um questionário breve, sem custo para você e que irá preservar sua identidade, sua participação é muito importante.

Idade:.....

1. O espaço dos Movimentos Sociais forneceu às mulheres negras instrumentos para enfrentar, combater e superar o racismo? De que maneira?
2. Como você analisaria esta questão: "O movimento feminista não acolhe as questões postas pelas mulheres negras, motivando-as para uma ação política organizativa específica em decorrência da insuficiência com que são tratadas as suas especificidades dentro do movimento feminista".
3. Quais os objetivos principais do Movimento das mulheres negras de São Gonçalo? E como nasceu este movimento?
4. Há quanto tempo participa do Movimento das Mulheres Negras?